

COMISSÃO NACIONAL DE BIODIVERSIDADE - CONABIO
Ata da 55ª Reunião Ordinária

Data: 19 de março de 2014	Local: Anexo do Ministério do Meio Ambiente Sala T-13, térreo, SEPN 505, lote 2, bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz
Duração: 10:30hs -17h30	
Número total de participantes: Número de membros titulares participantes: 9 Número de membros suplentes: 7 Número de outros participantes (secretaria, observadores e convidados): 5 Listagem completa de participantes: em anexo Presidente da reunião: Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza	
Pauta aprovada: 1. Abertura 2. Aprovação da pauta 3. Aprovação da ata da 54ª Reunião Ordinária 4. Assuntos para discussão 4.1. 5º Relatório para a CDB 4.2. Processo para definição de indicadores/internalização das Metas Nacionais de Biodiversidade 4.3. Processo de revisão das Áreas Prioritárias para conservação da biodiversidade, uso sustentável e repartição de benefícios 4.4. Plano de Ação Governamental para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. 4.5. Integração das bases de dados sobre biodiversidade do MMA/Sib-Br 5. Informes 5.1. Evento da CDB 5.2. Portarias pró-espécies e gestão da fauna 5.3. Realização da COP12 6. Encerramento	

1. Abertura da Reunião, 2. aprovação da ata da reunião anterior e 3. aprovação da ata da 54º Reunião Ordinária

O Sr. Carlos Alberto Scaramuzza, Presidente em exercício, abriu a reunião na primeira chamada às 10h30min, saudando os participantes e propôs que se iniciasse a discussão sobre a ata da reunião anterior devido ao quórum insuficiente para deliberações naquele momento. Após ser feita uma observação na ata, o presidente seguiu com a discussão da pauta. A proposta inicial da pauta foi modificada e iniciaram-se as apresentações. Estiveram presentes os seguintes **membros da Comissão**: o Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** (Titular), o Sr. Lídio Coradin (suplente) e a Sra. **Daniela América Suarez de Oliveira** (suplente), representantes do Ministério do Meio Ambiente – MMA; a Sra. **Claúdia Maria Correia de Mello** (titular) representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; o Sr. **Roberto Lorena de Barros Santos** (Titular) representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; o Sr. **Carlos Eduardo Martins Proença** (Titular) representante do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA; o Sr. **David Conway Oren** (suplente) representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; a Sra. **Raquel de Oliveira Alves** (suplente) representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; a Sra. **Larissa Maria Lima Costa** (suplente), representantes do Ministério das Relações Exteriores - MRE; a Sra. **Marcia Chame** (titular), representante do Ministério da Saúde – MS; a Sra. **Nanuza Luiza de Menezes** (titular), representante da Academia Brasileira de Ciências - ABC; o Sr. **João Batista Campos** (suplente) representante da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA); o Sr. **Nelson Ananias Filho** (titular), representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; a Sra. **Elisa Romano Dezolt** (suplente), representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; o Sr. **Alberto Marques Santos** (suplente) representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; a Sra. **Marcella Mostaert** (Titular), representante da FBOMS ambientalista; e o Sr. **Miguel Trefaut** (Titular) representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC. Também estiveram presentes nesta reunião como **convidados**: a Sra. **Patrícia Medeiros** e Sra. **Dorvanda José Ferreira** representantes do Ministério da Defesa, Sra. **Keila Juarez**, Sra. **Camila Oliveira** e Sr. **João Arthur Seyffarth** representantes do DCBIO/MMA; como **observadores**: a Sra. **Ana Carolina Lopes Carneiro** do Ministério do Meio Ambiente - MMA; e como **membros da Secretaria Executiva da CONABIO**: a Sra. **Juliana Carvalho Frota Mattos** e o Sr. **Luciano Filho**.

4. Assuntos para discussão

4.1 5º Relatório para a CDB: O Sr. **Carlos Scaramuzza** informou que o art. 26 da CDB estabelece que as partes devem apresentar um relatório que descreva como está acontecendo a implementação dos dispositivos da convenção e a eficácia para alcançar os seus objetivos. Informou que para fazer o 5º relatório foram enviados 178 ofícios para Instituições estaduais de meio ambiente, instituições financiadoras, ONGs, instituições de pesquisa vinculadas ao MMA, demais Ministérios, e instituições do governo federal para coletar informações. O Sr. **Carlos Scaramuzza** esclareceu que uma consultoria estava sendo contratada para apoiar a elaboração do documento. A seguir, foi apresentada a estrutura do 5º relatório, que será composto por três partes: 1- Atualização sobre o estado da biodiversidade, tendências e ameaças; 2 - Estratégia nacional de biodiversidade; 3 - Progresso da implementação da metas de biodiversidade e contribuições relevantes para o cumprimento dos objetivos do milênio estabelecidos para 2015. Foi enfatizado que o prazo para término do 5º relatório era curto, mas que seriam aceitas mais informações dos membros que ainda pudessem contribuir, tanto com dados da sua entidade de origem como de outras instituições parceiras. O presidente falou ainda sobre a possibilidade de

utilização de uma plataforma para consulta on-line que se pretende utilizar para os processos de consultas que serão necessárias em etapas posteriores para facilitar a coleta de informações para a confecção do relatório. Após a apresentação, havia quórum suficiente para deliberações, dessa forma, o Sr. Carlos Scaramuzza prosseguiu com os trâmites de aprovação da pauta e da ata.

4.2 Processo para definição de indicadores/internalização das Metas Nacionais de Biodiversidade.

A apresentação realizada pelo Sr. Carlos Scaramuzza teve o objetivo de colher subsídios da Comissão em relação ao processo para a definição de indicadores e implementação das metas nacionais de biodiversidade. A proposta apresentada baseia-se na realização de cinco oficinas, cada uma para discutir os indicadores de cada um dos cinco objetivos estratégicos do plano estratégico da CDB (Objetivos A a E). A realização das oficinas ser apoiada pela IUCNe outras instituições parceiras. O presidente finalizou falando sobre a perspectiva de se promover pelo menos três das cinco oficinas este ano. O Sr. **Roberto Lorena** pediu esclarecimentos sobre as oficinas e o Sr. Carlos Scaramuzza explicou que o produto desse processo será um conjunto de indicadores por meio dos quais será feito o monitoramento da implementação das metas. O Sr. **Carlos Scaramuzza** esclareceu ainda que essas oficinas também contribuirão para a internalização das metas, pois será um espaço de caráter participativo para discussão dos indicadores e de divulgação do processo. O Sr. **Roberto Lorena** sugeriu que o próximo passo do processo, anterior à construção dos indicadores seria o encaminhamento das Metas ao governo federal para que seja providenciado um ato normativo que valide a implementação das metas e a construção dos indicadores. O Sr. **Carlos Scaramuzza** concordou que seria importante haver um ato normativo para a implementação das metas, mas que a sua ausência não seria condição para a continuidade do processo de implementação das metas e construção dos indicadores, tanto pela necessidade de se reportar à CDB quanto pela oportunidade de se organizar as ações ambientais e ações ligadas à conservação de ecossistemas e biodiversidade de forma mais coerente e consistente. A Sr^a **Márcia Chame** destacou que a CDB é um acordo internacional assinado e internalizado pelo governo federal e aprovou a proposta para se trabalhar de acordo com os objetivos estratégicos. Disse ainda que mesmo que não seja possível estabelecer os melhores indicadores, é importante tê-los. A Sr^a **Raquel Alves** também reforçou que a pactuação das metas entre os órgãos do governo federal é importante, mas que o fato de ainda não ter sido feita não impede a continuidade do trabalho em andamento. Sugeriu que o documento que está sendo elaborado pelo MMA sobre indicadores de meio ambiente sejam utilizados como subsídio. O Sr. **Lídio Coradin** afirmou que é necessário buscar formas melhores para viabilizar a internalização das metas, porém, sem a necessidade formal de aprovação do Congresso já que não se trata de um novo acordo internacional. O Sr. **Carlos Scaramuzza** expôs que, no seu entendimento, a discussão sobre os indicadores vai ajudar a alavancar o processo de internalização das metas pois possibilitará que o alcance das mesmas seja visto de forma mais concreta. O Sr. **Nelson Filho** discordou do Sr. Lídio Coradin e afirmou que o impacto que a implementação das metas pode causar a diversas cadeias produtivas justificaria a formulação de uma lei. O Sr. **Roberto Lorena** alegou que há a necessidade de um estabelecimento claro das obrigações de cada uma das partes responsáveis pela implementação das metas para que de fato elas sejam alcançadas já que não existe a obrigação, nem mesmo do governo federal, para cumpri-las. A Sr^a **Nanuzza Menezes** reforçou que sem recurso não será possível alcançar as metas. O Sr. **Miguel Rodrigues** concordou com o Sr. Lídio Coradin em relação ao fato de não haver necessidade de que haja uma aprovação do Congresso, mas afirmou que é fundamental haver um orçamento destinado à implementação das metas. A Sr^a **Márcia Chame** reforçou que a construção dos indicadores é uma oportunidade para a sociedade acompanhar o alcance das metas e de pressionar o governo para atingí-las. O Sr. **David Oren** assegurou que mesmo sem um orçamento inicial próprio para a implementação das metas, a existência das mesmas funciona como uma ferramenta de negociação para que o recurso seja obtido posteriormente, pelo fato de ser um compromisso brasileiro assumido no âmbito da Convenção. O Sr. **Carlos Scaramuzza** falou que a ministra, por enquanto, se decidiu sobre a melhor maneira de oficializar as metas nacionais e seus indicadores. Disse ainda que as metas já estão sendo utilizadas como parâmetro em um trabalho

conduzido em colaboração com o MPOG, em relação ao Plano de ação governamental para a conservação e que existe a expectativa que elas sejam um insumo para a elaboração do próximo PPA. A Sr^a **Elisa Dezolt** argumentou que provavelmente muitas das metas já estão sendo implementadas pelos diversos setores e que falta um esforço de sistematização.

Após o intervalo do almoço a Sr^a **Larissa Costa** salientou que é importante considerar o trabalho já existente no âmbito da CDB em relação à elaboração de indicadores e sugeriu que se utilize pelo menos um dos indicadores recomendados em nível global, para que seja possível, conforme discutido na COP 11, um parâmetro comparável de implementação. O Sr. **Carlos Scaramuzza** reforçou que um dos elementos da proposta é fazer uma revisão do estado da arte dos indicadores e que o documento citado servirá como insumo importante. A Sr^a **Márcia Chame** sugeriu que o documento da CDB sobre indicadores fosse compartilhado entre todos e a Sr^a **Larissa Costa** se prontificou a deixar uma cópia impressa com a Secretaria da CONABIO e recomendou que a mesma envie o documento eletrônico aos conselheiros. A Sr^a **Larissa Costa** explicou que a discussão sobre os indicadores não está finalizada no âmbito da CDB, por isso é importante o engajamento do Brasil no processo internacional de refinamento dos indicadores globais. O assunto continuará sendo discutido na próxima reunião.

4.3 **Processo de revisão das Áreas Prioritárias para conservação da biodiversidade, uso sustentável e repartição de benefícios.**

O Sr. **Carlos Scaramuzza** informou que o processo de revisão das Áreas Prioritárias está atrasado em quase dois anos, em relação ao prazo estabelecido por uma portaria do MMA, por isso há um esforço de aceleração do processo para diminuir esse atraso. Afirmou que a revisão é uma oportunidade para se promover aperfeiçoamentos estratégicos que permitam que as informações disponibilizadas sejam mais úteis no sistema de suporte à decisão. Relatou que há uma busca para incrementar ferramentas que permitam o uso das informações nos processos de licenciamento, pesquisa, conservação e uso sustentável com o objetivo de torná-los mais dinâmicos. Falou sobre a intenção de que esse processo resulte na produção de um atlas com diferentes tipos de mapas para evitar a consolidação de um único mapa como produto principal das Áreas Prioritárias. Disse que a ideia é produzir um mapa de conservação da biodiversidade, um mapa de uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, além de outros mapas acessórios como prioridades para conectividade, pesquisa e restauração ecológica. Destacou que a intenção é fortalecer a ideia de que o produto do trabalho é uma base de dados, dinâmica, que possa ser atualizada continuamente e que possibilite a geração de diferentes mapas, com diferentes especificações. Falou que é importante assegurar uma coerência entre o que foi indicado no processo anterior e a indicação de novas áreas prioritárias e que as eventuais mudanças devem ser muito bem explicadas para evitar ruídos na comunicação. Explicou que quer melhorar a descrição das áreas prioritárias para otimizar o seu potencial de utilização e que haverá um esforço maior no trabalho de qualificação das áreas que em refazer todo o processo. Afirmou que tem o objetivo de promover um maior envolvimento dos estados e aprimorar o papel do MMA e vinculadas nesse processo, redefinindo os responsáveis pelas bases de dados, e pelo processo contínuo de atualização. Expôs que serão utilizadas unidades de planejamento menores, as microbacias hidrográficas, que gerarão polígonos em um formato mais natural. Informou que está aproveitando essa oportunidade para trabalhar junto com a equipe do MCTI responsável pelo SIBBR no desenvolvimento de ferramentas que possibilitem o uso das informações de uma forma mais dinâmica nos processos diários de tomada de decisão. Informou também que o processo de atualização do Cerrado e Pantanal terminou, o da Amazônia e áreas costeiras está iniciando, o da Caatinga está em curso, o do Pampa está sendo articulado com o ICMBio e o governo do RS, e o da Mata Atlântica está sendo discutido. O Sr. **João Batista** expôs que a aplicação das Áreas Prioritárias nos Estados e Municípios é muito difusa e que há pouca implementação prática. Sugeriu que com a nova revisão fossem estabelecidas normativas que direcionassem algumas questões de forma prática no processo de gestão territorial dos Estados e Municípios. O Sr. **João Arthur Seiffarth** informou que a base de dados das Áreas Prioritárias serão mais refinadas porque se estabeleceu como unidades de planejamento as microbacias.

Além disso, estão buscando informações junto ao IBAMA sobre o licenciamento dos Estados e fiscalização. A Sra. **Marcia Chame** sugeriu que fossem feitos alguns estudos de caso de boas práticas que mostrem como é possível utilizar as Áreas Prioritárias como um instrumento para aliviar conflitos. O Sr. **Nelson Ananias Filho** sugeriu incorporar às discussões já previstas dentro do Zoneamento Ecológico e Econômico dos Estados. A Sra. **Larissa Costa** questionou qual é a relação entre as Áreas Prioritárias e a repartição de benefícios que é o terceiro objetivo da CDB. A Sra. **Raquel Alves** questionou sobre a metodologia de identificação dessas áreas, quais setores estão envolvidos e se setores como transporte e energia estão envolvidos, por exemplo. A Sra. **Nanuza Menezes** questionou se existem áreas prioritárias com vegetação de Canga que são afetadas pela mineração de ferro. O Sr. **Carlos Scaramuzza** respondeu a todas as questões pela ordem que foram feitas. Primeiramente, as Áreas Prioritárias são uma ferramenta para ajudar na definição do tipo de conservação, sejam áreas para proteção de espécies ameaçadas, restauração ecológica, indicação para criação de áreas protegidas, etc. Uma das inovações que está sendo proposta para esse exercício é de que não se faça mais a sobreposição desses diferentes objetivos em um único mapa, dessa forma tentando evitar esses problemas de comunicação. Em relação ao Zoneamento Ecológico Econômico, o Sr. Carlos Scaramuzza esclareceu que foi convidado a fazer parte do Comitê do ZEE para que possa haver essa integração dos interesses. Em relação a repartição de benefícios, existe a dificuldade de espacialização dos dados. Quanto a metodologia empregada, será a mesma do segundo exercício. É um processo que parte principalmente da definição dos objetos de conservação, por exemplo, a vegetação de Canga, e em segundo lugar estabelecer uma meta quantitativa para cada um deles. O objetivo é estabelecer qual a menor área que consegue proteger o máximo possível de diversidade. O Sr. **João Arthur Seifarth** esclareceu que as Áreas Prioritárias são uma ferramenta para orientar as tomadas de decisões e políticas públicas. O Sr. **David Oren** expôs que no exercício das Áreas Prioritárias para Amazônia ficou acordado na oficina que seria colocado em cima do mapa final a máscara de desmatamento para distinguir as áreas prioritárias em dois níveis, uma de conservação e outra de desenvolvimento sustentável com impacto mínimo sobre a biodiversidade, ou uma unidade de conservação e restauração, porém isso não foi feito e deveria ser empregado nesse exercício. A Sra. **Daniela América** esclareceu que o Decreto 5.092/2004 estabelece que o Ministério do Meio Ambiente deve indicar quais são as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade. O Decreto também informa que a área a ser considerada como prioritária para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade não cria obrigações para essas áreas, mas que elas preferencialmente devem ser as áreas onde você vai investir para realização de pesquisa, para criação de unidades de conservação, para desenvolvimento de estudos, para realização de inventário. Então são áreas que têm relevância biológica e têm um conjunto de ações que devem ser desenvolvidas. O Ministério do Meio Ambiente divulgou por meio da Portaria 126/2004 o primeiro mapa. Essas áreas devem ser revistas a cada cinco anos e as ações a serem ali realizadas.

4.4 Plano de Ação Governamental para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade.

A Sra. **Camila Oliveira** apresentou o “Plano de Ação Governamental para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade”. Explicou que foi feita uma primeira proposta para estruturar o plano e foi utilizada a metodologia de modelo lógico adaptado para o plano. Construiu-se então a árvore de problemas que sofreu um processo de revisão e atualização, e um trabalho intenso no âmbito do Ministério do Meio Ambiente para priorização. Houve seis oficinas só no setor ambiental nas quais estavam presentes: o Ministério do Meio Ambiente, ANA, ICMBio, IBAMA e Jardim Botânico. Houve três oficinas interministeriais onde na primeira oficina houve a validação da árvore de problemas pelos demais ministérios; na segunda e terceira oficinas houve o levantamento das atividades ou ações governamentais existentes em cada órgão que combatessem as causas da perda de biodiversidade. Após as oficinas, o primeiro trabalho que foi feito no Departamento de Conservação da Biodiversidade foi verificar todas as causas de perda de biodiversidade que estão na árvore de problemas e tentar fazer uma correlação com as Metas Nacionais de Biodiversidade estabelecidas pela CONABIO. Foi aplicado um método estatístico que apresentou quais as causas de perda de biodiversidade que mais podem impactar o atingimento das Metas Nacionais de Biodiversidade. Existem mais de 400 ações relacionadas às causas e a meta é chegar até 200 ações consideradas prioritárias para o monitoramento e que

ajudem no planejamento do PPA. A previsão para o término desse primeiro processo é até junho de 2014.

4.5 Integração das bases de dados sobre biodiversidade do MMA/Sib-Br.

A Sra. **Keila Juarez** apresentou a proposta do Portal de Integração de Biodiversidade no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Explicou que a integração da informação é para subsidiar diversos temas, dentre eles o processo de licenciamento ambiental, zoneamento ambiental, criação de UCs e corredores ecológicos, planos de manejo, espécies ameaçadas, áreas prioritárias, e monitorar a biodiversidade. Informou que será feito o catálogo da fauna usando o mesmo modelo do catálogo da flora utilizado pelo Jardim Botânico. Destacou a importância de ter uma lista de nomes de espécies para subsidiar a integração do sistema de informação. Ressaltou que esse trabalho tem a participação do MCTI. A arquitetura do portal vai ser semelhante ao portal ALA – *Atlas of Living Australia*. O protótipo deve ficar pronto em maio de 2014.

5. Informes

O Sr. **Carlos Scaramuzza** informou sobre as próximas reuniões da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB:

- **09 a 12 de abril de 2014** – Second Dialogue Seminar on Scaling up Finance for Biodiversity - Quito, Equador.
- **14 e 15 de abril de 2014** - Third meeting of the High-Level Panel (HLP) on the Global Assessment of Resources for Implementing the Strategic Plan for Biodiversity 2011-2020 - Brasília.
- **15 a 17 de abril de 2014 em Brasília** – Regional Workshop for Resource Mobilization for Latin America and Caribbean - Brasília.

A Sra. **Larissa Costa** informou que em junho haverá a quinta reunião do Grupo de Implementação da Convenção, que é o grupo de trabalho para o Monitoramento e Implementação da Convenção seguido da 18ª reunião do SBSTTA que é o órgão de assessoramento técnico, científico e tecnológico da CDB. Essas vão ser as duas últimas reuniões preparatórias para a COP12 da CDB que ocorrerá na República da Coreia. Informou também que em outubro de 2014 será haverá o primeiro MOP do Protocolo de Nagoya.

6. **Encerramento:** Após os informes, o Sr. Carlos Scaramuzza declarou o encerramento da 55ª Reunião Ordinária da CONABIO às 17h30.

Brasília, 19 de março de 2014